

Uma história de despedidas: a emigração portuguesa para o Brasil (1822 - 1914)¹

Ana Silvia Volpi Scott

Professora visitante do Dpto. de História-Universidade Estadual de Maringá

Resumo

Este artigo tem por objetivo elaborar uma revisão dos postulados referentes à emigração portuguesa ao Brasil, dando ênfase à necessidade de ir além das abordagens gerais e agregativas, buscando o enquadramento da emigração numa perspectiva regional e micro-analítica. A partir do estudo de uma comunidade minhota. A autora busca surpreender as diversas estratégias individuais e familiares empregues pela população analisada para garantir sua reprodução social. O pano de fundo para as análises intentadas foi a situação econômica

Abstract

This article reviews the postulates regarding the Portuguese emigration to Brazil, starting from the study of a community of the Region of the Minho River, and emphasizes the necessity of going beyond general and aggregative approaches, when searching for an analysis based on a regional and microanalytical perspective. The author tries to catch the different strategies used by individuals and families within the studied population for ensuring their social reproduction. The social and economic situation in Portugal during the 19th century and

¹ A farewell history. The Portuguese emigration to Brazil (1822-1914).

e social portuguesa no decorrer do século XIX e as primeiras décadas do século XX, partindo das imagens literárias sobre a figura do emigrante português típico.

the first decades of the 20th century provides the background for this analysis, based upon the literary images of the typical Portuguese emigrant.

Palavras-chave: emigração; família; reprodução social.

Keywords: emigration; family; social reproduction.

Portanto o filho de Vasco Pereira Marramaque era um menino pobríssimo, que o amor maternal não devia esquivar ao trabalho e ao destino que o padrinho lhe talhara. Aos doze anos, o pequeno abraçava-se na mãe e pedia-lhe que não o deixasse ir para o Brasil.

(Camilo Castelo Branco. *Novelas do Minho*. 2ª ed., v. II., p. 178)

Da História à Literatura, o fenômeno da emigração tem sido um tema abordado com frequência pelos autores portugueses, principalmente quando o destino final dos emigrantes era o Brasil, horizonte de chegada que ocupou lugar cimeiro nos projetos daqueles que planejavam deixar o lar natal e estabelecer-se além-fronteiras.

Tão forte era a ligação com o Brasil, que a figura típica do “Brsileiro” ainda hoje faz parte do universo mental do povo português, em especial da população nortenha, de onde provinham os elementos principais que alimentavam os constantes fluxos imigratórios, característicos da história portuguesa. As gerações lusitanas nascidas desde o século XVI até as primeiras décadas do século XX estão, de forma indelével, associadas ao *colono* e mais tarde ao *emigrante* que deixava o verde Minho em direção às terras tropicais americanas.

A epígrafe que abre este artigo é uma entre as incontáveis referências ao Brasil que Camilo Castelo Branco fez ao longo de toda a sua extensa obra.² Ela será o ponto de partida para as reflexões aqui apresentadas, pois fornece algumas pistas importantes para a análise do fenômeno emigratório português para o Brasil, ao definir o perfil do emigrante típico: um jovem e humilde mancebo minhoto, entre os doze e os catorze anos, que seria encaminhado para o Brasil através da mão de um parente, padrinho ou conhecido.

² Veja-se sobre este tema (TAVARES, 1953).

A periodização adotada, tem como marco inicial a emancipação política do Brasil, datada oficialmente no dia 7 de Setembro de 1822. Para o fechamento do período optou-se pelo ano de 1914, início da I Grande Guerra, que impôs uma redução ao fluxo imigratório em vista da deflagração do conflito.

Embora como tenha salientado SERRÃO (1982), antes dos meados do século XIX pouco se sabia sobre o contingente global de emigrantes, poucos anos após a independência do Brasil, nos finais da década de 1830, Alexandre Herculano fazia referência à “espantosa” emigração portuguesa que, naquele momento, era sinônimo de “emigração para o Brasil”.³ Esta situação permaneceu, com altos e baixos, até os anos cinquenta, neste século, quando ainda a emigração portuguesa tinha como destino básico as terras brasileiras.

Foi somente há trinta ou quarenta anos que a emigração passou a dirigir-se com maior intensidade para países europeus, principalmente para a França e, conseqüentemente, o Brasil perdeu a posição de centro receptor do fluxo migratório português.⁴

Historicamente, o Noroeste ou mais especificamente o Minho foi a região que mais contribuiu para este caudal emigratório ao Brasil. Não é portanto casual que a figura do “Brasileiro”, isto é, do português enriquecido que retorna à terra natal, esteja tão bem vincada na obra de Camilo Castelo Branco. Joel Serrão indica que embora se emigrasse de todo o país havia o predomínio incontestável do Noroeste. A partir dos dados reunidos sobre a emigração global por distritos, entre 1866 e 1960, o autor distingue quatro regiões fundamentais de acordo com os diversos níveis de expulsão: a região norte (a partir do rio Mondego); a região central; o Alentejo e o Algarve (SERRÃO, 1982:137-139).

Na região norte o centro era o distrito do Porto (15%), cujo raio de atração expandiu-se em direção a Aveiro e Viseu (10,1% a 15%); ainda no interior desta região, teríamos Braga, Vila Real, Bragança, Guarda e Coimbra (5,1% a 10%) e, fechando a região, Viana do Castelo (1,1% a

³ HERCULANO, Alexandre - A Emigração para o Brasil. *Diário do Governo*, de 12 e 13 de Janeiro de 1838. Veja-se também HERCULANO, Alexandre - A emigração. Opúsculos. Tomo IV (1873-1874) - Apud (SERRÃO, 1982:41).

⁴ Veja-se o estudo clássico de Joel Serrão sobre a Emigração Portuguesa, onde o autor aborda aspectos da emigração para a Europa e em especial para a França (SERRÃO, 1982:54-74). Mais recentemente a emigração portuguesa para a França tem sido estudada por Maria Engrácia Leandro. Vejam-se por exemplo (LEANDRO, 1993; 1995a; 1995b e 1997).

5%). A região central incluiria Lisboa, Leiria, Santarém, Castelo Branco (1,1% a 5%). No mesmo nível estaria o Algarve. O Alentejo constituía a zona de menor índice de expulsão, com uma participação praticamente desprezível (0% a 1%).

Será portanto a partir da perspectiva que privilegia a emigração de minhotos para o Brasil que procuraremos analisar algumas das facetas deste fenômeno estrutural que marca a história da população portuguesa.

Assim sendo, gerações sucessivas de portugueses nascidos no Minho tiveram estreita e íntima vinculação com a colônia e, mais tarde, império e república brasileira. De fato, a emigração para o Brasil estava integrada num conjunto de estratégias de sobrevivência e reprodução social de muitas famílias minhotas e representou um importante mecanismo de acomodação e equilíbrio entre a escassez de recursos e o crescimento constante da população, crescimento este, favorecido pela introdução da cultura do milho que permitiu o fim da fome periódica que assolava a região. Já na primeira metade do século XVII o milho era o principal produto agrícola da região minhota.⁵

Muitas famílias, consciente ou inconscientemente, faziam com que a saída periódica de alguns de seus filhos com destino ao Brasil tivesse um papel fundamental para a manutenção da estabilidade da unidade produtiva familiar baseada na pequena propriedade. Numa região onde a terra era escassa e a população crescia era imperativo manter uma relação constante e harmônica entre o binômio população e recursos.

Os filhos que partiam e deixavam a casa natal, ainda muito jovens, como foi apontado por Camilo Castelo Branco, nas *Novelas do Minho*, não parecem ser exceção, quando examinamos alguns exemplos concretos recolhidos para uma freguesia minhota, nos meados do século XIX.

⁵ O grande geógrafo português, Orlando Ribeiro, dedica em toda a extensão de sua obra, uma atenção especial à importância da cultura do milho relacionando-o estreitamente à disseminação do povoamento em Portugal. Segundo suas informações, o milho grosso, milho de maçaroca ou milho (originário da América) aparece em Portugal na terceira década do século XVI, e propaga-se muito rapidamente, tão rapidamente que já no começo do século seguinte era “o mais comum mantimento da gente de Entre Douro e Minho e Beiras” (RIBEIRO, 1991). Foi uma verdadeira revolução do milho (Ribeiro, 1991:203-205), assunto ao qual o autor se refere frequentemente ao longo de toda a sua vasta obra.

As estratégias empregadas pela família de *Manuel José Machado e de Catarina Joana de São José* podem servir de exemplo paradigmático para demonstrar como o envio sistemático de jovens ao Brasil poderia funcionar como um mecanismo eficiente para manter a viabilidade da reprodução social de algumas das famílias minhotas.

Quando *Catarina Joana de São José*, viúva, residente na Freguesia de São Tiago de Ronfe (Concelho* de Guimarães) faleceu em Janeiro de 1851, deixou as suas últimas vontades expressas no testamento que fez na Vila de Guimarães. Por este documento é possível entrever que os laços da família de *Catarina Joana* com o Brasil eram fortes.

Catarina natural da freguesia vizinha de Joane (Concelho de Vila Nova de Famalicão) viera para se casar com *Manuel José Machado*, filho de Francisco Xavier Machado (proprietário residente no lugar da Várzea) e Josefa Dias de Oliveira. *Manuel José* não foi o herdeiro privilegiado através da transferência da propriedade pertencente à família. O prazo que pertencia aos seus pais foi nomeado, através de uma escritura, ao seu irmão Casemiro José Machado.

Dos seis filhos que *Catarina* teve de seu casamento com *Manuel José Machado* - José, Mariana, Rita (falecida ainda na infância), Antônio, Josefa e Francisco - dois tiveram como destino o distante Brasil. Francisco e Antônio deixaram a casa paterna para tentar a sorte na outra margem do Atlântico, antes de completarem vinte anos.

Como tantos outros rapazes, partiram em busca de oportunidades de vida das quais certamente estariam privados se permanecessem na expectativa da herança paterna, já que o sistema de herança e propriedade vigente beneficiava uns filhos em detrimento de outros, através da instituição do *terço* e do regime de propriedade baseado nos *prazos de vida*.⁶

Francisco e Antônio não foram os primeiros jovens desta família a ir para o Brasil. O tio paterno, José, já havia sido mandado para lá, pois o testamento dos pais de José revelou um gasto de *duzentos mil réis* para as despesas de viagem e instalação do filho em terras americanas.

* Concelho em Portugal é o mesmo que município no Brasil.

⁶ Para esclarecimentos sobre o sistema de herança e de propriedade vejam-se por exemplo (BRANDÃO, 1985, 1991, 1994; BRETTELL, 1991; DURÃES, 1985, 1987, 1988 e 1995; MOURÃO, 1988; OSSWALD, 1990; SANTOS, 1992).

Portanto parece que a ligação desta família com o Brasil indica uma estratégia adotada para a reprodução social daquela casa de proprietários: um descendente era escolhido para suceder na casa, enquanto que os outros eram encaminhados a outros destinos, sendo um deles a emigração para o Brasil.

Casemiro e *Manuel José* (os filhos mais velhos) continuaram a viver à sombra da casa paterna, enquanto que José e Antônio foram encaminhados para um destino diferente. José, nascido em 1775, já era dado como ausente (através dos róis de confessados) no ano de 1795, da mesma forma que aconteceu a Antônio, nascido dois anos mais tarde. Portanto os dois jovens saíram da casa paterna antes de completarem vinte anos. O destino de José ficou explícito no testamento dos pais: o Brasil. Para Antônio, o destino final ficou-nos desconhecido.

Casemiro, como vimos, foi o herdeiro beneficiado com a propriedade da família. Teve nove filhos, três rapazes e seis meninas. Dos filhos varões, Antônio foi dado como ausente, já em 1815 (quando completaria 17 anos) mas o seu destino não foi indicado, enquanto que seu irmão José havia falecido no mesmo ano, aos quinze anos de idade. Quanto ao filho mais novo, Joaquim, permaneceu sempre na companhia de seus pais, tendo casado com Bernardina Magalhães, aos 14 dias do mês de abril de 1836. A estratégia de reprodução social da família do herdeiro privilegiado *não parece ter tido o Brasil como um horizonte possível*.

O mesmo não ocorreu com a família de seu irmão *Manuel José*. Este optou claramente por uma estratégia de reprodução social diferenciada, que incluía o Brasil como destino de seus descendentes. *Manuel José* enviou, como vimos, dois filhos varões para o Brasil, (Antônio e Francisco). Seu filho primogênito, José, casou e continuou a viver próximo de seus pais (*Manuel e Catarina Joana*), o mesmo destino foi reservado às suas irmãs, que se casaram bem tarde. Será que Antônio e Francisco foram ao encontro do seu tio paterno José, que já havia emigrado para o Brasil, na geração antecedente? É uma interrogação para a qual não temos a resposta.

A história desta família é igual a de tantas outras famílias minhotas que mandavam seus filhos para as terras brasileiras. Muitos de seus filhos tinham um encontro marcado e inadiável com a emigração e foram levados a deixar suas casas e famílias, tendo como apelo irresistível a miragem brasileira.

A imagem da despedida descrita por Camilo Castelo Branco, quando o pequeno de doze anos relutava em deixar a sua mãe, certamente não está longe da realidade de tantos outros rapazes, e deve ter se repetido vezes sem conta, dado os quantitativos elevados de emigrantes minhotos com idades inferiores aos vinte anos que viajavam para o Brasil.

As fontes comprovam esta imagem literária de jovens a separarem-se da família em idades precoces. Através da análise dos passaportes podemos conhecer as idades de muitos indivíduos. Para o concelho de Fafe, por exemplo, entre 1834 e 1862 se concentravam na faixa etária entre os 15 e os 29 anos (MONTEIRO, 1996:275). Para aqueles que solicitaram os passaportes no distrito de Viana do Castelo, entre 1835 e 1860, RODRIGUES verificou que perto de 60% do total de EMIGRANTES para o Brasil era de jovens menores de 20 anos. Com menos de 18 anos, o total era de 48%. O autor ao examinar a situação em Viana do Castelo concluiu que era uma emigração onde predominava a juventude, com idades que se concentravam entre os 12 e os 17 anos (RODRIGUES, 1995:59-60).

Porém, a história desta emigração plurissecular conta ainda com muitos aspectos a serem melhor conhecidos e analisados. Isto é compreensível dada as dificuldades inerentes aos estudos que se voltam para as populações migrantes.

Aquí, pretende-se abordar um período mais curto, essencialmente o século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, para sublinhar que a emancipação política do Brasil e a fundação de um estado independente, não conduziram a uma alteração do destino dos portugueses e dos filhos destes, que continuaram a acalentar o sonho de enriquecer no eldorado brasileiro.

Muito deve ter contribuído para isso, a própria conjuntura dos governos das jovens nações americanas que procuravam resolver o problema da ocupação efetiva de seus territórios. Por exemplo, logo após a emancipação política brasileira, foi assinado um Ato de 14 de Janeiro de 1823, que concedia a cidadania brasileira aos portugueses que no império brasileiro fixassem domicílio e que prestassem juramento de fidelidade à causa do Brasil e durante todo o século XIX a legislação brasileira incentivava a vinda de imigrantes.⁷ Por outro lado, a legislação portuguesa tentava também controlar a saída dos seus emigrantes, através de medi-

⁷ Sobre as leis portuguesa e brasileira relativas à emigração/imigração veja-se (RODRIGUES, 1995; LEITE, 1987; FARIA, 1998; WESTPHALEN e BALHANA, 1993).

das que alternavam-se entre restritivas à emigração ou mais aberta à deslocação para fora das fronteiras do país.

Para avaliar estas idas e vindas na legislação portuguesa, basta lembrar que a Carta Constitucional de 1826 declarava liberdade de circulação para fora do país, guardados os regulamentos existentes; pelo Decreto de 18 de Julho de 1835, passa a ser atribuição do Governo Civil a concessão de passaportes para fora do reino, pelos portos de mar; a Lei de 20 de Julho de 1855 renova a proibição de saída sem passaporte, que seria exigido para todos os mancebos entre os 18 e 21 anos e entre outras medidas declara obrigatória a menção das entidades ou indivíduos contratantes da locação de serviços. O regulamento para transportes de emigrantes data de 1 de maio de 1858. Deve-se salientar ainda, que os decretos e leis que passaram a regulamentar a saída de portugueses, entre 1896 e 1901 reprimiam a emigração: a concessão do passaporte passa a ser gratuita para aqueles que saíssem para o ultramar português, ao mesmo tempo que se elevava o custo para o estrangeiro; e o passaporte deveria ser requerido no distrito de naturalidade para os menores de 30 anos. Em 1907 novamente o governo tentou desviar a onda de portugueses que deixavam o país com destino ao Brasil, através da Lei de 25 de abril que decretava que os passaportes seriam obrigatórios apenas para os emigrantes, ao custo de 7\$000.

Este período de praticamente cem anos entre a emancipação política do Brasil e o ano de 1914, tem de ser analisado em duas etapas divididas, a grosso modo, entre 1822 a 1870 e 1871 a 1914. Para as primeiras décadas os dados quantitativos são mais escassos e por esta razão não entraremos em maiores discussões.⁸ Mas, pouco a pouco, houve um incremento dos mesmos, e poderemos analisar não só a evolução do movimento emigratório total, mas analisar algumas conjunturas regionais específicas que podem passar despercebidas numa análise agregada global. Partir-se-á de algumas considerações gerais sobre o fenómeno

⁸ De acordo com SERRÃO (1982) antes de 1855 as informações quantitativas disponíveis são muito escassas e lacunares como demonstram os dados reproduzidos abaixo, sobre a emigração portuguesa global. Os dados recolhidos pelo autor permitem afirmar que entre 1808 e 1817 teriam entrado no Rio de Janeiro 24.000 portugueses, uma média de 2600 por ano; para os vinte anos seguintes não existem informações, e somente a partir de 1837 existem dados sobre a entrada de emigrantes portugueses no Brasil (BASTO, Fernando L. B. - Síntese da História da Imigração no Brasil. Rio de Janeiro, 1970). Informações sobre os anos de 1844 e 1845 apontam que entraram no Rio de Janeiro, respectivamente 3197 e 3355 emigrantes portugueses (SERRÃO, 1982:32 - nota 1).

emigratório português para o Brasil, tomando-se por base alguns estudos mais abrangentes, e gradativamente procurar-se-á introduzir elementos provenientes de análises recentes sobre a questão da emigração com destino ao Brasil, em particular, em algumas áreas geográficas.

Quadro 1
Distribuição da emigração portuguesa (1870-1904)

Qüinqüênios	Emigração Portuguesa
1870-74	68.214
1875-79	60.669
1880-84	82.275
1885-89	90.308
1890-94	142.682
1895-99	134.138
1900-04	115.415
1905-09	191.522
1910-14	291.429

Fonte: (LEITE, 1987:474)

A tendência geral para o país, mostra o inquestionável aumento da emigração conforme avança-se para o século XX,⁹ muito embora tenham sido adotadas medidas legislativas repressivas à saída para o estrangeiro.

Do ponto de vista da situação da emigração portuguesa em geral, assiste-se no último quartel do século XIX, a uma subida vertiginosa dos contingentes de emigrantes. Entre 1875-1879 a 1880-1884, o crescimento da emigração é da ordem dos 35% ou pouco mais, com tendência de manutenção até meados da década de 1890, para uma descida ligeira até aos anos iniciais do século XX, muito embora a tendência seja ascendente. Os primeiros anos do século XX vieram a confirmar o aumento expressivo das saídas de portugueses, ultrapassando a cifra dos duzentos e noventa mil emigrantes entre 1910 e 1914.

Diante destes quantitativos não é de surpreender que o tema da emigração tenha despertado o interesse dos estudiosos portugueses. Vários foram os autores que analisaram o fenômeno da grande onda

⁹ Para o período anterior a 1870 deve-se consultar os dados citados por SERRÃO, 1982:30, que incluem dados globais para os quantitativos da emigração portuguesa legal entre 1855 e 1973.

imigratória que caracterizou Portugal nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Destacam-se HERCULANO (1873); LARANJO (1878); MARTINS (1891); CARQUEJA (1916); COSTA (1911). Isto mostra que o aumento expressivo da emigração a partir do último quartel do século XIX preocupava, e muito, os políticos e intelectuais da época.

Mais recentemente, nos últimos vinte ou trinta anos, o interesse pelo tema continuou. Uma série de trabalhos foram publicados privilegiando a análise quantitativa e a perspectiva macro do fenômeno EVANGELISTA (1971); SERRÃO (1982); GODINHO (1978); ARROTÉIA (1983); PEREIRA (1981 e 1993); BAGANHA (1990).

A partir dos anos noventa começaram a aparecer estudos que abordaram o fenômeno da emigração numa perspectiva regional. Neste caso temos as recentes investigações sobre os distritos do Porto (ALVES, 1994), Viana do Castelo (RODRIGUES, 1995a), Aveiro (LOPES, 1995) bem como para os concelhos de Fafe (MONTEIRO, 1996) e Guimarães (CUNHA, 1997). A simples enumeração destes trabalhos é o testemunho irrefutável do peso que a emigração tem tido nos últimos séculos, para o Norte de Portugal.

A perspectiva geral da qual partem estes estudos tem como referência o aumento da onda emigratória quando, a partir de 1890, a emigração anual portuguesa alcançou uma taxa média de quatro por mil (ROWLAND, 1991:142).

BAGANHA também fornece dados detalhados da evolução do movimento emigratório no período que nos interessa mais de perto, reforçando a situação já desenhada, de aumento expressivo dos contingentes emigratórios. No tocante à série reconstruída da emigração portuguesa, apresenta uma emigração relativa sempre com tendência geral de aumento, conforme se caminha para o final do século XIX e princípio do XX, partindo de índices de 3,1 em 1854; 1,1 em 1864; 2,2 em 1878; 6,5 em 1890; 4,5 em 1900 e 10,7 em 1911 (BAGANHA, 1991).

Quais teriam sido os fatores que levaram à explosão da emigração? Os autores que analisaram a situação da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX, normalmente atribuem o aumento brutal da emigração a um conjunto de causas muito complexas e que variam muito conforme cada uma das regiões. Miriam Halpern Pereira analisou a questão e atribuiu o aumento da emigração ao *aumento das pressões demográficas sobre a terra, devido ao crescimento da população*, situação que teria sido complicada ainda mais pelas crises econômicas

crecentes (PEREIRA, 1969). De acordo com a autora, entre 1835 e 1911 a população quase havia duplicado, mas a desarmonia desse crescimento com o aumento econômico, impediu o país de beneficiar plenamente daquela expansão populacional, ocasionando assim um amplo movimento migratório, que nos primeiros anos do século XX chegou a determinar uma forte estagnação demográfica.

Robert Rowland aplicando uma análise de regressão múltipla, efetuada a partir das taxas distritais de emigração, juntamente com alguns indicadores demográficos (taxa de crescimento, densidade, mortalidade, casamentos e complexidade do sistema familiar) chegou a resultados que põem em dúvidas as conclusões de PEREIRA (ROWLAND, 1991:145).¹⁰

Os resultados obtidos indicam que o aumento da emigração está correlacionado negativamente tanto com a taxa de crescimento da população, como com o nível de mortalidade, levando o autor a admitir que o fenômeno é bem mais complexo do que poder-se-ia supor. E, retomando o conceito de *emigração estrutural*, apresentado por GODINHO (1978), ROWLAND procurou identificar os elementos estruturais na persistente configuração regional dos fluxos migratórios, que indicam o Minho, secularmente, como o maior ponto de expulsão.¹¹ Sem considerar as políticas de emigração e os elementos conjunturais na dinâmica migratória, o resultado foi a aparente estabilidade da composição regional da população emigrante (ROWLAND, 1991:145).

Mas seria esta a situação comum a todo o Minho? Parece que não. Os estudos micro-analíticos podem indicar situações que escapam deste quadro geral. A análise da freguesia de São Tiago de Ronfe, mencionada anteriormente, através dos Róis de Confessados (*Libri Status Animarum*) mostrou uma tendência nitidamente divergente, com uma queda flagrante do peso da população ausente, como pode-se verificar no quadro a seguir:

¹⁰ Robert Rowland faz uma análise interessante sobre a emigração portuguesa para o Brasil, onde partindo dos modelos de emigração, faz uma abordagem que privilegia os Brasileiros do Minho, procurando criar uma teoria de reprodução social que relaciona o Minho, a família minhota e as estratégias de reprodução empregadas. Mais ainda analisa a inserção dos portugueses no Brasil, através dos seus projetos e contextos, entre a independência até a década de 1930 (ROWLAND e FORTHCOMING).

¹¹ Analisando a emigração ao longo de três séculos, desde a segunda metade do século XVI até à segunda metade do século XIX, o emigrante português que ia para o Brasil (destino da maioria) era caracteristicamente um Minhoto, e quase todos os outros vinham das Beiras (ROWLAND, 1991:146).

Quadro 2

Distribuição da população total, efetiva e ausente - São Tiago de Ronfe (1820-1900)

ANO	Fogos	População Total	População Efetiva		População Ausente	
	N.º Absolutos	N.º Absolutos	N.º Absolutos	%	N.º Absolutos	%
1820	232	867	729	84,1	138	15,9
1825	243	911	788	86,5	123	13,5
1829	239	882	756	85,7	126	14,3
1835	227	823	718	87,2	105	12,8
1839	234	783	734	93,7	49	6,3
1844	233	826	751	90,9	75	9,1
1852	250	836	744	89,0	92	11,0
1857	260	881	791	89,8	90	10,2
1860	247	862	774	89,8	88	10,2
1865	249	876	783	89,4	93	10,6
1870	240	825	756	91,6	69	8,4
1877	235	969	934	96,4	35	3,6
1880	245	986	976	99,0	10	1,0
1885	242	982	957	97,5	25	2,6
1890	266	1185	1151	97,1	34	2,9
1895	267	1229	1176	95,7	53	4,3
1900	285	1254	1231	98,2	23	1,8

Fonte: SCOTT, 1998:118.

Como se enquadra a situação desta freguesia no contexto de emigração estrutural minhota? Esta freguesia, diferentemente do contexto nacional português, apresentou uma situação de *queda nas saídas* dos seus efetivos populacionais, exatamente no momento em que todo o país era afetado por um crescimento notável no montante das saídas.

As taxas médias anuais de emigração (percentagem) por distrito entre 1866 e 1913, apresentadas por ROWLAND, demonstram que o fenómeno atingiu de maneira sistemática o Minho e os seus distritos: Braga, Porto e Viana. Entretanto, ao nível local, cada freguesia ou conjunto de

freguesias, pode ter uma história muito diferente para contar. Esta é, a nosso ver, a grande contribuição que os estudos micro-analíticos podem dar ao fenômeno emigratório, examinar os contextos específicos locais que em muitos casos podem fazer reverter a tendência nacional e/ou regional da emigração.

Outros resultados apresentados por autores que analisaram a emigração no norte de Portugal (ALVES, 1994; RODRIGUES, 1995; MONTEIRO, 1996; CUNHA, 1997), nos levam a admitir que alguns comportamentos regionais podem apresentar diferenças significativas em relação ao fenômeno emigratório geral.

Jorge Alves estudando particularmente a emigração para o Brasil no Porto oitocentista, admite que a análise agregada da emigração não é capaz de explicar totalmente. Para o autor, os estudos que abordam o fenômeno através da micro-análise de comunidades começam a dar frutos importantes para uma caracterização mais detalhada do meio social de partida do emigrante, do grupo familiar e mesmo do próprio indivíduo que emigra (ALVES, 1994:12-13). Ainda na perspectiva de ALVES, a análise da comunidade é fundamental para termos referenciais particularizados sobre os emigrantes: cada comunidade é um microcosmos, cada família como grupo afetivo, social e econômico, tem diferentes respostas comportamentais a situações semelhantes (ALVES, 1994:26).

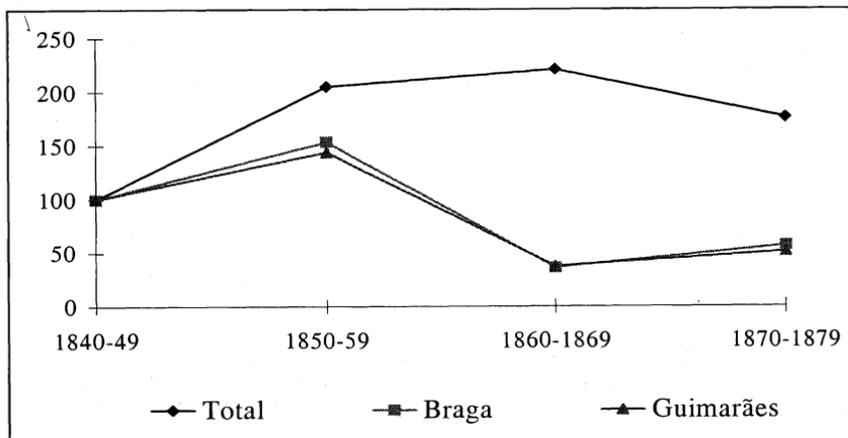
Desta forma é importante reunir os dados regionais que possam contribuir para o esclarecimento de situações particulares que variam de região para região. Um ponto de partida interessante pode ser aquele fornecido pelos dados reunidos por Jorge Alves (1994) e Carmem Cunha (1997) que lançam importantes elementos quantitativos para a análise da emigração para o Brasil, registrada no distrito de Braga e no Concelho de Guimarães. Ao mesmo tempo, analisaremos uma comunidade específica - freguesia de São Tiago de Ronfe - e verificaremos a questão da mobilidade dos seus habitantes, no contexto da onda emigratória que explodiu no último quartel do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX em Portugal.

Os dados estatísticos levantados por Jorge Alves, reúnem informações sobre os passaportes emitidos no Porto, com destino ao Brasil, desde a década de 1830 até finais do século, organizadas pela naturalidade do solicitante. Reelaboramos os dados que constam dos anexos de sua dissertação de Doutorado (1993) e restringimos a análise dos dados fornecidos às décadas de 1840, 1850, 1860 e 1870, salientando a situação

dos naturais do Distrito de Braga e do Concelho de Guimarães que solicitaram passaporte no Porto.¹²

Gráfico 1

Curva comparativa do movimento emigratório: Portugal, Distrito de Braga e Concelho de Guimarães por décadas (1840-1870)



Fonte: Dados reelaborados a partir de Jorge Alves (1993) Os Brasileiros, v. II anexos

A inferência mais importante que se pode fazer a partir destes dados é que enquanto para a emigração geral a tendência é de crescimento no período entre as décadas de 1840 e 1860, com ligeiro declínio na década de 1870, a emigração dos indivíduos naturais do distrito de Braga e do concelho de Guimarães não acompanhou a curva geral de crescimento nas décadas de 1860 e 1870. O período de pico, acompanhando a tendência geral, registra-se na década de 1850, mas na sequência apresenta uma queda sensível acompanhada por uma retomada discreta dos níveis de saída.

O distrito de Braga e o concelho de Guimarães distanciaram-se do comportamento geral. Os pedidos de passaportes para o Brasil de indivíduos naturais daquela zona apresentaram queda. Infelizmente não há dados completos para as décadas finais do século XIX, que possibilitem uma análise mais aprofundada evolução daqueles quantitativos.

¹² Optamos por esta alternativa pois para a década de 1830 os dados dizem respeito somente aos anos de 1836 em diante; do mesmo modo, para as décadas de 1880 e 1890, os dados reunidos são muito mais parcelares, ao restringirem-se aos anos de 1889 e 1899. Desta forma julgamos mais conveniente analisar os dados tomados por períodos temporais completos.

Quadro 3

Passaportes para o Brasil por Naturalidade

VARIÁVEIS	1836-39	1840-49	1850-59	1860-69	1870-79	1889 e 1899
Distritos portugueses (todos)	5.643	17.850	36.618	39.470	31.529	4.760
Distrito de Braga	1.354	3.521	5.409	1.279	1.994	218
Concelho de Guimarães	245	650	936	242	332	28

Fonte: Dados reelaborados a partir de Jorge Alves (1993) Os Brasileiros, v. II anexos

De salientar o fato de que, para os anos finais do século XIX, a queda dos quantitativos de naturais do Distrito de Braga e Concelho de Guimarães que solicitam passaporte no Porto deve estar relacionada à legislação, referida anteriormente, que obriga que os menores de trinta anos requeiram o passaporte no distrito de naturalidade.

De qualquer modo, os naturais do distrito de Braga representavam 19,7% na década de 1840; 14,8% na década de 1850; 3,2% na década de 1860; 6,3% na década de 1870. É indiscutível que o distrito de Braga perdeu posições no montante global do movimento de saída para o Brasil, iniciando com uma participação próxima dos 20% e mantendo-se em queda até o final do século XIX.

O exemplo do Distrito de Aveiro também não é exceção. Em 1887 Oliveira Martins referia-se a Aveiro como um centro importante de alimentação do fluxo emigratório, afirmando que o excesso de população, a pobreza, o recrutamento, bem como a tradição e o espírito de aventuras contribuíam para esta situação.¹³

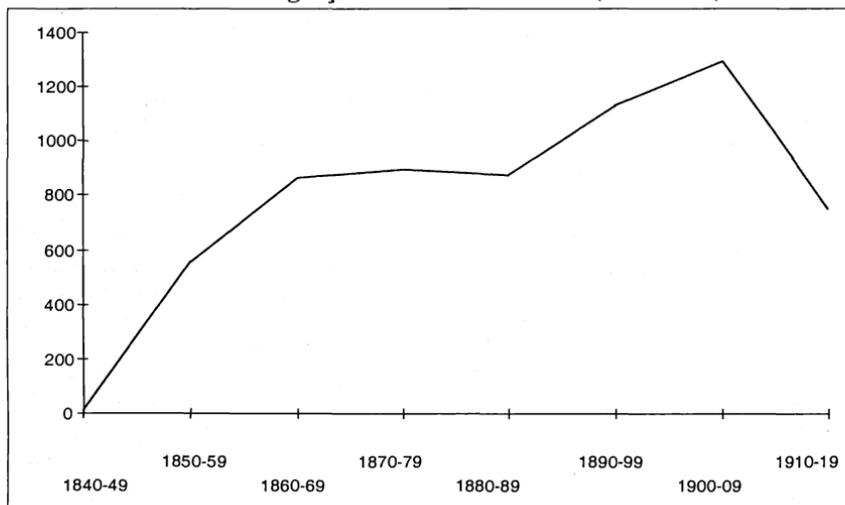
O estudo da emigração no distrito de Aveiro, feito através dos passaportes, mostrou que em relação ao cômputo nacional, esta representaria 6%, tendo predominado uma população masculina (95%) na faixa etária entre os 14 e os 40 anos (98%). Esta população que vivia numa zona rural de minifúndios partia rumo ao Brasil e tinha como destino final o Rio de Janeiro (LOPES, 1995).

¹³ MARTINS, J. Oliveira. Fomento Rural e emigração. Lisboa : Guimarães & Cia. Editora, 1956. (Edição com adendos da Secretaria Geral do Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação. Lisboa, 1987. Apud. LOPES, 1995:211.

Antes de analisarmos a situação específica do concelho de Guimarães, poderemos verificar o que ocorreu no concelho de Fafe, entre as décadas de 1840 e 1910. Reelaboramos também os dados apresentados por Miguel Monteiro, reunindo os elementos que indicam o número de emigrantes naturais e/ou residentes naquele concelho (MONTEIRO, 1996:319).

Gráfico 2

Curva da emigração do Concelho de Fafe (1840-1919)



Fonte: Dados reelaborados a partir de MONTEIRO, 1996: 251.

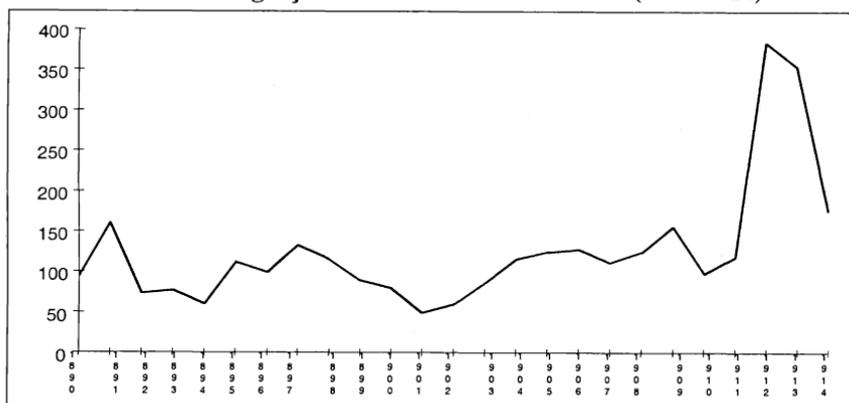
O gráfico que ilustra o comportamento da população do concelho de Fafe em relação aos pedidos de passaporte para o Brasil, adequou-se de forma bem mais precisa com relação aos elementos gerais para a evolução da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX. O concelho de Fafe apresentou uma forte tendência de aumento do contingente de EMIGRANTES ao longo das últimas décadas do século XIX, partindo de meros 10 EMIGRANTES na década de 1.840, para mais de 1.000 na de 1.890. Não apresentou em nenhum momento um refluxo desta tendência, sempre crescente, até a eclosão da primeira guerra mundial, situação contrária à observada no caso do concelho de Guimarães.

O concelho de Guimarães apresentou uma tendência para a diminuição da saída dos seus efetivos populacionais com destino ao Brasil, tanto quanto Braga, o distrito em que estava inserido. Esse refluxo co-

meçou nos inícios da década de 1890, até a virada para o século XX. Daí em diante registrou-se uma recuperação na quantidade de saídas num ritmo crescente, durante a década de 1900, embora a verdadeira explosão de emigração, medida através dos pedidos de passaportes, deu-se somente nos anos imediatamente anteriores ao início do conflito de 1914. Os anos de 1912 e 1913 registraram-se acima de 350 pedidos de passaporte, sempre tendo como destino principal o Brasil.

Gráfico 3

Curva da emigração do Concelho de Guimarães (1890-1914)



Fonte: Dados reelaborados a partir de CUNHA 1997:37-38

CUNHA, analisando a emigração no Concelho de Guimarães entre 1890 e 1914 através dos registros de passaportes solicitados em Braga, verificou que o Concelho de Guimarães não apresentou durante a década de 1890 um decisivo aumento da saída de emigrantes para o Brasil. Pelo contrário, a tendência é de estabilização, com uma ligeira queda para o final da década.

Uma análise mais detalhada do conselho indicou que em 1890, por exemplo, eram as freguesias urbanas, que possuíam mais de 2.000 habitantes (S. Paio e S. Sebastião e Santa Maria da Oliveira) eram as que contribuíam de forma mais significativa para o aumento do número de emigrantes. Foram seguidas pelas povoações termiais das Caldas de Vizela e das Caldas das Taipas, da freguesia limítrofe de Creixomil e da freguesia de São Torcato (CUNHA, 1997).

Para a autora, o acréscimo desproporcionado da população repercutiu-se de imediato no déficit de recursos. Nas freguesias urbanas e

semi-urbanas a falta de emprego nas atividades secundárias e os baixos salários impeliriam à emigração. Nas freguesias rurais, como Creixomil e São Torcato, a pequena agricultura não teria resistido ao crescimento demográfico (CUNHA, 1997:40).

Por outro lado, nem sempre o excesso populacional está por detrás do fenómeno emigratório. A freguesia de Gondomar, situada no extremo norte do Concelho de Guimarães, limítrofe com o Concelho da Póvoa de Lanhoso é das freguesias menos populosas e, no entanto, é a que apresenta o total mais elevado de saídas depois das freguesias anteriormente referidas. Proporcionalmente à sua população, de fato, é a freguesia que apresenta uma sangria emigratória mais elevada. São homens adultos com destino ao Brasil (89%) com passaporte individual, com profissões ligadas à terra (41,6%) ou ao artesanato (28%). CUNHA acredita que a freguesia de Gondomar representou exemplarmente a nova emigração que vai tomar contornos definidos a partir de 1890. Dos seus campos já não emigram jovens menores de 14 anos com o sonho de uma carreira comercial no Brasil, mas homens adultos, lavradores ou artesãos desiludidos com o trabalho da terra, desejosos de angariar algum dinheiro para fazer face a necessidades imediatas, atraídos por familiares ou conterrâneos já instalados e, por sua vez, atraindo novos indivíduos, sobretudo irmãos, amigos, vizinhos. Deve-se salientar como demonstrou a autora, que muitos emigrantes praticavam um constante ir e vir, inflacionando, deste modo, os totais dos pedidos de passaportes (CUNHA, 1997:42-43).

Examinado a informação contida nos registos de passaportes referentes aos indivíduos naturais e/ou residentes no Concelho de Guimarães, CUNHA consegue uma aproximação ao quantitativo real do fluxo migratório legal (CUNHA, 1997:27). Com as informações reunidas, a autora contabilizou o fluxo migratório do concelho, para cada uma das freguesias que o compunham no final do século XIX, efetuando uma quantificação de uma série de indicadores como sexo, estado civil, idade, profissão, naturalidade, residência, destino, alfabetização e tipo de passaporte. A partir daí, o tratamento estatístico dos dados revelou aspectos de interesse em relação à situação do conselho diante do fenómeno da emigração.

Detivemo-nos especificamente nas informações respeitantes aos anos finais do século XIX, para permitir o enquadramento da freguesia de São Tiago de Ronfe no contexto municipal. Reorganizando os dados apresentados por CUNHA (1997:36-38), reunimos elementos sobre os to-

tais de emigrantes naturais das freguesias do concelho de Guimarães entre 1890 e 1900.

O que se pode verificar é que, aparentemente, não há um comportamento generalizado, a não ser aquele que indica que os indivíduos naturais das freguesias urbanas contribuíam com a maioria dos pedidos de passaportes, parecendo além do mais, que o fenómeno também se teria alargado para as freguesias limítrofes às urbanas.

Outras, como São Torcato, Caldelas, São Miguel de Vizela, Gondomar, apresentaram também um peso relativo não só entre 1890 e 1900, mas até ao limite temporal analisado por CUNHA, isto é, o ano de 1914.

As freguesias seguintes, São Torcato, São Miguel das Caldas de Vizela, São Martinho de Gondomar, São Lourenço de Sande e São João das Caldas de Vizela, não parecem ter um elo comum: não pertencem a uma área específica do concelho; possuem áreas e população muito diferenciadas. Entretanto reuniram mais de 30 solicitações de passaporte em dez anos (1890-1900).

Os indicadores revelam que, a nível nacional e até 1877, saídas anuais atingiam 8 a 9 mil EMIGRANTES legais. A partir daí, segundo Teresa Rodrigues, inicia-se uma fase, que terminaria por volta de 1890, durante a qual as saídas médias anuais excederiam os 12 mil emigrantes, e chegaria à volta dos 22 mil no último decênio (1890-1900) (RODRIGUES, 1995b:61).

Se nos limitássemos aos dados gerados a partir de uma análise macro do fenómeno emigratório como a apresentada por RODRIGUES, perder-se-iam as situações específicas e que fogem ao modelo geral.

Os dados analisados à luz dos pedidos de passaportes relançam a questão sobre a evolução da emigração no distrito de Braga e no concelho de Guimarães. Houve, um decréscimo do volume dos passaportes solicitados, indicando uma menor predisposição para a população natural daquele distrito e do concelho deixar a sua terra para se aventurar num destino além-mar, e não acreditamos que a emigração clandestina pudesse reverter este quadro.

A situação da freguesia de São Tiago de Ronfe que pareceria à primeira vista singular - por apresentar um declínio na saída dos seus contingentes populacionais - tem de ser repensada num universo geográfico mais alargado, senão para todo o distrito de Braga, pelo menos em termos do concelho de Guimarães, onde estava integrada.

Se retomarmos alguns resultados sobre a emigração analisada do ponto de vista micro-analítico, utilizando o cruzamento das fontes de emigração e das fontes paroquiais, como efetuou CUNHA, revelam-se particularidades do fluxo emigratório para o Brasil, que não poderiam ser detectadas apenas através dos métodos agregativos.

O seu estudo apontou um grande movimento de vai-e-vem entre o Brasil e Portugal, de homens casados, de solteiros e de mulheres. Permitted, mais do que isso, a identificação de grupos familiares ou de parentes que partiram juntos ou por etapas, a detecção de vizinhos que seguiam os mesmos destinos, as relações de compadrio, parentesco, amizade, vizinhança e redes de solidariedade tecidas no Brasil e em Portugal para apoiar os que chegavam, os que partiam e os que ficavam (CUNHA, 1997:228).

A análise em termos locais pode explicar a disparidade de solicitações de passaportes em cada uma das freguesias do concelho. Freguesias que não apresentariam condições especiais similares poderiam reunir, em determinados períodos, um número maior de emigrantes devido às teias que se estabeleciam entre os que partiam e os que ficavam. Deste modo a variação encontrada no Concelho de Guimarães pode estar intimamente vinculada a situações específicas de grupos de familiares, de amigos e de vizinhos que, numa determinada contingência, poderiam inflacionar os pedidos de passaportes, mercê das experiências particulares dos seus habitantes nos destinos, e o incentivo que poderiam dar aos que na terra permaneciam.¹⁴

São Tiago de Ronfe, ocupava um modesto vigésimo primeiro lugar entre as freguesias do concelho que tinham registrado o pedido de passaportes dos seus habitantes em Braga. Apenas 8 em dez anos (1890-1900). Três deles foram solicitados no mesmo ano de 1899; os restantes, um a um, nos anos de 1890, 1891, 1894, 1895 e 1898. Tudo indica que os naturais e residentes naquela paróquia não teriam vínculos particulares com emigrados no Brasil, na virada para o século XX, e quem sabe, nem haveria interesse em partir para um destino tão longínquo.

Parece-nos que, de fato, as possibilidades oferecidas na freguesia poderiam ter sido um forte estímulo para a permanência daqueles que lá estavam radicados, concorrendo, além do mais, para a vinda de indivíduos de outras freguesias circunvizinhas.

¹⁴ Este foi também o modelo encontrado por Maria Ioannis Baganha ao analisar o caso dos Açores (BAGANHA, 1990).

Alguns autores admitem que o *aparecimento das fábricas na região do vale do Ave* (onde se insere São Tiago de Ronfe), no último quartel do século XIX veio a criar novas oportunidades de emprego fora da agricultura (FEIJÓ e NUNES, 1986:17). Esta afirmação merece uma reflexão, e devemos analisar com mais cuidado os indicadores gerais de emigração e relativizá-los tendo-se em conta o contexto específico local.

Esse parece ser o mote explicativo da situação real de São Tiago de Ronfe. Enquanto o país como um todo atravessava uma fase difícil, e mesmo a região minhota, de forma geral apresentava taxas médias anuais de emigração crescentes, como as apresentadas pelo distrito de Braga que cresceu de 3,1 por mil (1866-1871), 4,4 entre 1896-98, o Concelho de Guimarães, e mais especificamente, uma área dele (em torno do Rio Ave), apresentava no último quartel do século XIX, senão uma situação de euforia, pelo menos uma conjuntura favorável marcada pelo incremento das atividades manufatureiras e industriais, ligadas principalmente à produção têxtil.¹⁵

Embora a região da bacia do Ave, freqüentemente apontada como um dos pólos industriais do país, tenha vivido um processo de industrialização tardio, lento e pouco intensivo como afirma (CORDEIRO, 1995:47), acreditamos que este teria sido capaz de alterar o destino de alguns de seus emigrantes potenciais.

A conjuntura internacional da produção do algodão sofreu uma reviravolta com o deflagrar da Guerra da Secessão nos Estados Unidos da América. Com a conseqüente falta de algodão como matéria-prima, surgiu a oportunidade de algumas fábricas da região iniciarem um período de grande prosperidade.

O Concelho de Guimarães encontrava-se portanto numa situação de relativo desenvolvimento industrial e, especialmente entre 1884 e 1923, registrou-se um crescimento muito significativo da indústria têxtil algodoeira. A conjuntura internacional favorável e a existência de uma série de fatores locais positivos, como o concelho ser densamente povoado e haver mão-de-obra especializada, criou condições ótimas ao desenvolvimento daquelas atividades (MARQUES, 1988:58).

¹⁵ Fato que não pode ser esquecido é a própria realização da Exposição Industrial de Guimarães, em 1.884, que testemunha a importância que o setor vai atingindo a partir dos finais do século XIX. Por outro lado, a análise de REIS, 1987, indica que, entre 1.870 e 1.914, a indústria portuguesa, em geral, conheceu um período de crescimento industrial sustentado, embora tivesse enfrentado alguns obstáculos.

São Tiago de Ronfe desfrutava particularmente destas condições para o desenvolvimento das atividades de fiação e tecelagem do algodão, no final do século XIX: freguesia densamente povoada e a existência de mão de obra especializada. A fiação e tecelagem do linho eram atividades que remontavam já aos séculos anteriores nesta freguesia como também em todo o concelho. Mais do que isso havia uma forte tradição de artesanato doméstico, que foi sempre um complemento indispensável à economia agrícola de cada unidade familiar. Graças à conjuntura internacional favorável, a matéria prima constituída pelo linho foi substituída pelo algodão.

Da infinidade de ramos arrolados no Inquérito Industrial de 1891, destaca-se o predomínio incontestável das atividades de fiação e tecelagem do algodão, que reuniam 44 pequenas indústrias (termo utilizado na fonte) espalhadas pelo Concelho de Guimarães.

Estas unidades todas dispunham de um capital fixo de 26:099\$000 e um capital circulante de 87:638\$800. Contavam com uma mão de obra de quase 1.400 operários, excluídos os aprendizes.

A grande maioria destas unidades produtivas (mais de 80%) reunia até 40 operários. Entre as que empregavam 100 operários (cinco no total), 3 estavam localizadas em São Cristóvão de Cima do Selho, uma em São Jorge de Cima do Selho e a última em São Tiago de Ronfe.

De fato, São Tiago de Ronfe aparece muito bem colocada entre as freguesias do conselho que se dedicavam à fiação e tecelagem do algodão. Das 44 pequenas indústrias ligadas a esta atividade, nove estavam situadas na freguesia (mais de 20%). Além da fiação e tecelagem que pertencia a Joaquim da Silva Martins, do lugar do Olival, que reunia 100 operários, temos mais outros 187 operários espalhados pelas outras oito unidades produtoras (o que também representa 20% do total de operários do setor reunidos naquela freguesia).

O peso da freguesia de São Tiago Ronfe no total também pode ser analisado a partir do montante de capital que englobava: capital fixo cerca de 4:400\$000; capital circulante, perto dos 52:000\$000. Quase 17% do capital fixo de todo o concelho, e mais de 59% do capital circulante, Inquérito Industrial (1891:148-151).

O contexto geral do Concelho de Guimarães nos finais do século XIX e o específico da freguesia de São Tiago de Ronfe, queremos crer, justifica plenamente esta marcha na contramão da tendência nacional, não só fixando a população lá nascida, mas também funcionando como

pólo de atração a nível de concelho. Com a população podendo dispor de uma oferta de trabalho não limitada à exploração da terra, abria novas possibilidades àqueles indivíduos que de alguma forma estavam alijados do processo de reprodução social no qual a posse da terra representava papel fundamental. Seus habitantes poderiam recorrer a outras ocupações que lhes garantiriam formas de subsistência alternativas e independentes da agricultura. E não só. Mesmo a camada da população menos privilegiada, e sem acesso à terra, poderia dispor de uma oportunidade de trabalho nas pequenas fábricas, como operários ou trabalhando a domicílio (sistema de *putting out*).

Parece que, neste caso, o peso da tradição minhota ligada à emigração, perdeu para uma situação concreta que se apresentava.

É indiscutível que o fenômeno da emigração minhota para Brasil mesmo após a emancipação política em 1822 teve um papel importantíssimo nas estratégias familiares e de reprodução social. Entretanto é necessário não perder de vista que cada família, cada casa, cada unidade agrícola, cada microcosmo teria uma história diferente para contar.

Os recursos necessários para o envio de um filho, parente ou afilhado para o Brasil não eram facilmente reunidos, pois importavam em quantias bastante elevadas para o camponês minhoto. Não eram todas as casas e nem todas as famílias que tinham condições de arcar com as despesas inerentes a uma viagem e instalação no Brasil. As despesas básicas para um indivíduo emigrar poderiam variar, na segunda metade do século XIX, entre 180\$000 a 280\$000 (considerando-se aqui despesas com passaporte, viagem e ainda mais a fiança militar para os jovens do sexo masculino em idade de prestar o serviço militar), ou estar próximo dos 125\$000 em 1910 (LEITE, 1987:467). Estes valores não estão muito longe daqueles referidos no testamento da família de *Manuel José Machado*, citado anteriormente, quando arrolou uma despesa de 200\$000 réis para mandar um filho ao Brasil.

Se considerarmos que nos finais do século XIX um trabalhador poderia ganhar \$200 réis por dia e um operário especializado quatro vezes mais, é fácil verificar que só a viagem para o Brasil (em 1882 a 36\$000) seria o equivalente a 180 'jornas' do primeiro ou 45 do segundo. Em outras palavras era um empreendimento caro, o que nos leva a aceitar a conclusão de SERRÃO (1982) e de LEITE ao afirmar que entre os emigrantes portugueses que partiam para o Brasil não estavam indivíduos das camadas mais miseráveis e desprotegidas da população (LEITE, 1987:467-468).

Os estudos que abordam o fenômeno da emigração utilizando técnicas micro-analíticas, que possibilitam ao investigador chegar aos próprios indivíduos, vêm comprovando esta realidade da emigração para o Brasil nos finais do século XIX. Aqueles que não possuíam um mínimo de recursos não poderiam emigrar, não teriam as condições materiais para concretizar os seus planos.

E, neste contexto temos que relativizar a epígrafe utilizada na abertura deste artigo, quando se refere ao rapaz que relutava em dizer adeus à mãe e embarcar para o Brasil, era muito pobre. Se ele, ou alguém por ele, não fornecesse os recursos mínimos para sua partida, ele se tornaria um entre tantos outros EMIGRANTES potenciais, que jamais conseguiriam concretizar a aspiração de tentar a sorte no Brasil e retornar anos depois para ostentar a sua posição de “Brasileiro”.

O Brasil por muito tempo permaneceu no horizonte mental dos portugueses que queriam emigrar, principalmente os nortenhos, mas queremos crer que apenas uma parcela conseguiu de fato empreender tal aventura. Os estudos mais recentes revelam que não eram assim tão pobres e miseráveis os que partiam. Muitos eram aqueles filhos de famílias de proprietários que por não serem escolhidos para suceder na casa, tinham na emigração para o Brasil uma oportunidade de fugir da dependência do herdeiro privilegiado com a sucessão da propriedade familiar, como refere Maria de Fátima Brandão ao estudar famílias de proprietários numa comunidade do noroeste português, a emigração para o Brasil oferecia aos filhos das casas de lavradores e proprietários uma outra alternativa de vida (BRANDÃO, 1994:147).

O sistema familiar vigente no qual o casamento era restrito, agravado ainda por um sistema de herança que favorecia um dos herdeiros (através da instituição do terço - quota disponível de livre nomeação da herança - e do regime de propriedade com base nos prazos de vida, que deveriam ser mantidos indivisíveis), levava a que a emigração tivesse um papel fundamental nas estratégias de reprodução social das famílias proprietárias.

Mas, desvendar as estratégias familiares e os mecanismos específicos através dos quais a emigração exerce esta função só tem plena possibilidade de êxito ao abordar-se o fenômeno emigratório por via da micro-análise que, ao proporcionar uma nova perspectiva, é capaz de produzir elementos para colmatar algumas das lacunas causadas pela dificuldade de reunir dados quantitativos, uniformes e confiáveis, à escala nacional.

Referências bibliográficas

- ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto, 1994.
- ARROTÉIA, Jorge Carvalho. *A Emigração Portuguesa, Suas Origens e Distribuição*. Lisboa : ICALP, 1983.
- BAGANHA, M. I. B. *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*. New York & London : Garland Publishing Inc, 1990.
- _____. Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre a emigração. In: ROEL, A. Eiras (Org.). *Emigración Española y Portuguesa a America. Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*. Alicante : Instituto de Cultura Juan Gil Albert/Diputacion de Alicante, 1991.
- BRANDÃO, Maria de Fátima. Práticas de Herança no Concelho de Vieira do Minho. In: *Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: Image et Réalité*. Paris : Fondation Calouste Gulbenkian, 1985.
- _____. O Mercado na Comunidade Rural: Propriedade, Herança e Família no Norte de Portugal, 1800-1900. *Análise Social*, XXVI (112-113):613-628, 1991.
- _____. *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX*. Porto : Afrontamento, 1994.
- BRETTELL, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam: conseqüências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1991.
- CARQUEJA, B. *O Povo Portuguez*. Porto, 1916.
- CORDEIRO, J. M. L. Indústria e Paisagem na bacia do Ave. *Cadernos do Noroeste* 8 (2), 1995.
- COSTA, Afonso. *Estudos de Economia Nacional. O Problema de Emigração*. Lisboa, 1911.
- CUNHA, Carmen Alice Aguiar de Morais Sarmiento. *Emigração familiar para o Brasil. Concelho de Guimarães 1890-1914 (Uma perspectiva microanalítica)*. Mestrado História - Instituto de Ciências Sociais. Braga : Universidade do Minho, 1997.
- DURÃES, M. Uma primeira aproximação aos Testamentos: Venade e a Prática de Testar de sua População. In: FEIJÓ, R. G., MARTINS, H. & CABRAL, J. Pina. *A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas*. Lisboa : Quercó, 1985.

- _____. A Casa Rural Minhota: papel e significado no contexto hereditário - séculos XVIII e XIX. *Cadernos do Noroeste* 1 (1):81-93, 1987.
- _____. Herdeiros e não-herdeiros: Nupcialidade e Celibato no contexto da propriedade enfiteuta. *Revista de História Económica e Social*, 21:47-56, 1988.
- _____. Necessidades económicas e práticas jurídicas: problemas da transmissão das explorações agrícolas, séculos XVIII-XX. *Ler História*, 29:67-88, 1995.
- EVANGELISTA, J. *Um Século de População Portuguesa (1864-1900)*. Lisboa, 1971.
- FARIA, Inês Martins de. *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população 1606-1910*. Braga : Universidade do Minho/ Instituto de Ciências Sociais – NEPS, 1998.
- FEIJÓ, Rui e NUNES, João Arriscado. Continuidade e Mudança: o Minho em perspectiva histórico / sociológica. *Cadernos do Noroeste. Sociedade, Espaço, Cultura. Minho Terras e Gente*. Braga : (Universidade do Minho) Inaugural, 1986.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. L'Emigration portugaise (XVè-XXè siècles). Une constante structurale et les responses aux changements du monde. *Revista de História Económica e Social*, 1:5-32, 1978.
- LARANJO, Jaime Frederico. *Teoria Geral da Emigração e sua aplicação a Portugal*. Coimbra, 1878.
- LEANDRO, Maria Engrácia. Portugueses na região parisiense. Reinvenção dos laços sociais. In: SILVA, M., BAGANHA, M., MARANHÃO, M. e PEREIRA, M. (Org.). *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*. Lisboa : Fragmentos, 1993.
- _____. *L'insertion sociale des Portugais dans l'agglomération parisienne*. Paris : CIEMI-HARMATTAN, 1995a.
- _____. *Projets et destins. Les familles portugaises dans l'agglomération parisienne*. Paris : CIEMI-HARMATTAN, 1995b.
- _____. Migrações e trajetórias familiares. In: SÁNCHEZ, A. Rodríguez e RAMÓN, A. (Org.). *Familia y Mentalidades. Actas del Congreso Internacional de Historia de la Familia. Nuevas perspectivas sobre la Sociedad Europea* Peñafiel. Murcia : Universidad de Murcia / Seminario Familia y Elite de Poder en el Reino de Murcia siglos XV-XIX, 1997.
- LEITE, Joaquim Costa. Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914). *Análise Social* XXIII (97):463-480, 1987.

- LOPES, Maria Teresa Braga Soares. Correntes de opinião pública e emigração legal no Distrito de Aveiro (1882-1894). *População e Sociedade* 1:209-231, 1995.
- MARQUES, Teresa Sá. Sistema Produtivo Industrial e Território. Um estudo da Têxtil em Guimarães. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia* IV:55-103, 1988.
- MARTINS, J. P. O. *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa, 1891.
- MINISTÉRIO das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1891). Inquérito Industrial de 1891.
- MONTEIRO, Miguel Teixeira Alves. Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” 1834-1926. Territórios, Itinerários, Trajectórias. Tese de Mestrado, Depto. de História - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1996.
- MOURÃO, Alda Maria Martins. Transmissão de Bens em famílias rurais do interior do distrito de Coimbra (1750-1800). *Revista Portuguesa de História* 24:97-120, 1988.
- OSSWALD, Helena. Dowry, Norms and Household Formation: a case study from North Portugal. *Journal of Family History* 15 (2):201-224, 1990.
- PEREIRA, Miriam Halpern. Demografia e Desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX. *Análise Social*, VII (25-26):85-117, 1969.
- _____. *A política portuguesa de emigração, 1850-1930*. Lisboa : A Regra do Jogo, 1981.
- _____. (Ed.). *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa : Fragmentos, 1993.
- REIS, Jaime. A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. *Análise Social* XXIII (96):207-227, 1987.
- RIBEIRO, Orlando. *Opúsculos Geográficos. O Mundo Rural*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo : Governo Civil de Viana do Castelo, 1995a.
- RODRIGUES, Teresa. A população portuguesa nos séculos XIX e XX. O acentuar das assimetrias de crescimento regional. *População e Sociedade* 1:57-72, 1995b.
- ROWLAND, Robert. Emigración, estructura y región en Portugal (siglos XVI-XIX). In *Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*. ROEL, A. Eiras. Alicante : Instituto de Cultura Juan Gil Albert/ Diputación de Alicante, 1991.

- _____. Velhos e Novos Brasis. In: BETHENCOURT, F. e CHAUDHURI, K. *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa : Círculo de Leitores, 1992.
- SANTOS, Armindo. *Heranças. Estrutura agrária e sistema de parentesco numa aldeia da Beira Baixa*. Lisboa : Publicações D. Quixote, s/d.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. (Tese de Doutorado). Departamento de História e Civilização, Instituto Universitário Europeu : Florença, 1998.
- SERRÃO, J. *A Emigração Portuguesa*. Lisboa : Livros Horizonte, 1982.
- TAVARES, J. P. Os brasileiros na obra de Camilo. *Camiliana e Varia* (6-7), 1953.
- WESTPHALEN, Cecília Maria e BALHANA, Altiva Pilatti. Política e legislação imigratórias brasileiras e a emigração portuguesa. In: *Emigração / Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*. SILVA, M. B. N., BAGANHA, M. I. B., MARANHÃO, M. J. e PEREIRA, M. H. (Orgs.). Lisboa : Fragmentos, 1993.